



**CENTRO DE HUMANIDADES – CH**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**  
**PARFOR / CAPES**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**  
  
**LINHA DE PESQUISA: INCLUSÃO ESCOLAR**

**FLÁVIA LIMA DA ROCHA BATISTA**

**A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR  
ANTÔNIO BENVINDO/ GUARABIRA-PB TRABALHANDO COM AS  
DIFERENÇAS E SUAS NECESSIDADES ESPECIAIS.**

**GUARABIRA / PB**

**2017**

**FLÁVIA LIMA DA ROCHA BATISTA**

**A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR ANTÔNIO  
BENVINDO/ GUARABIRA-PB TRABALHANDO COM AS DIFERENÇAS E SUAS  
NECESSIDADES ESPECIAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia da  
Universidade Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de Licenciatura em  
Pedagogia.

**Área de concentração:** Pedagogia.

**Orientador:** Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

**GUARABIRA/PB**

**2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B333e Batista, Flavia Lima da Rocha.  
A Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Antônio Benvindo / Guarabira-PB trabalhando com as diferenças e suas necessidades especiais [manuscrito] : / Flavia Lima da Rocha Batista. - 2017.  
40 p. : il. colorido.  
  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação EAD em Primeira Licenciatura em Pedagogia do Parfor) - Universidade Estadual da Paraíba, EAD - Guarabira, 2017.  
"Orientação : Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto ,  
Coordenação do Curso de Geografia - CH."  
  
1. Educação. 2. Família. 3. Escola. 4. Inclusão. 5. Aprendizagem.

21. ed. CDD 370

Ativar o Winc  
Acesse as configurações para  
ativar o Windows.

FLÁVIA LIMA DA ROCHA BATISTA

A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR ANTÔNIO  
BENVINDO/ GUARABIRA-PB TRABALHANDO COM AS DIFERENÇAS E SUAS  
NECESSIDADES ESPECIAIS.

Artigo apresentado ao Programa de  
Graduação em Letras da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de  
Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Pedagogia.

Aprovada em: 02/12/2017

BANCA EXAMINADORA

Belarmino Mariano Neto

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Mônica de Fátima Gudes de Oliveira

Prof. Ms. Mônica de Fátima Gudes de Oliveira

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof. Ms. Luana Anastácia Santos de Lima

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, ao meu esposo e filhos que compreenderam minha ausência, compartilharam da minha luta e as amizades conquistadas.

**Dedico...**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer mais essa jornada.

Aos meus familiares, que me incentivaram dando forças e motivação para seguir, quando estava desanimada.

As minhas amigas de sala: Josefa Paulino, Graça Cruz, Maria Barbosa e Andrea, sempre juntas nessa caminhada.

Ao meu Orientador Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto e os demais professores do PAFOR, que tanto contribuíram com seus ensinamentos para conclusão dessa formação em Pedagogia.

Aos membros da banca examinadora, professora Monica Guedes e Luana Lima, pelo pronto interesse e compromisso em avaliar esse trabalho.

Agradecer ao povo Brasileiro e paraibano, pois com seus impostos tivemos condições de fazer um ensino público, gratuito e de qualidade.

Agradecimento Especial: ao meu esposo Adriano e meus filhos, aos quais deram sua contribuição de amor e compreensão.

“Qualquer política de inclusão precisa estar firmemente embasada na suposição inicial de que todas as crianças devem ser educadas em escolas regulares. Deve-se reconhecer que os obstáculos à inclusão estão na escola e na sociedade e não na criança”.

**Peter Mitter**

**PEDAGOGIA/PARFOR/UEPB.**

**A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSOR ANTÔNIO BENVINDO/ GUARABIRA-PB TRABALHANDO COM AS DIFERENÇAS E SUAS NECESSIDADES ESPECIAIS.**

**Autora: FLÁVIA LIMA DA ROCHA BATISTA**

**Orientador:** Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto – UEPB/CH/PARFOR

**Examinadoras:** Prof. Ms. Mônica de Fátima Gudes de Oliveira - UEPB/CH/PARFOR

Prof. Ms. Luana Anastácia Santos de Lima - UEPB/CH/PARFOR

## **RESUMO**

O presente estudo procura inserir a discussão sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Antônio Benvindo, localizada na cidade de Guarabira/PB, como também frente às questões que envolvem o contexto educacional nas últimas décadas. Observamos que sem a parceria entre família a escola, a educação inclusiva fica fragmentada a conteúdos pouco explorados, tendo em vista que a criança já entra na escola com seus valores familiares, atitudes e cultura, sendo que a escola deve acolher essas características. Autores como: (MACEDO, 2005); (GUIMARÃES, 2006); (MONTAAN, 2005); (MITLER, 2004); (XAVIER, 2015) foram a base teórica do trabalho. Além de a família ter que incentivar seus filhos a tomar conhecimento de novas informações, estas devem estar relacionadas à forma de apreensão de cada indivíduo no contexto social ao qual estão inseridos. Percebemos também a falta de capacitação para os professores se prepararem para lecionar para receber em suas salas os alunos com necessidades especiais. Buscamos evidenciar a necessidade de haver uma reflexão profunda, não só sobre a inclusão do aluno em sala de aula de forma isolada, mas sobre a diversidade humana, num contexto que camufla as desigualdades. Precisamos buscar superar esses obstáculos para que a escola tenha verdadeiramente um movimento social de inclusão para todos.

**Palavras-chave:** EDUCAÇÃO. FAMÍLIA. ESCOLA. INCLUSÃO. APRENDIZAGEM.

**PEDAGOGY/PARFOR/UEPB.**

**THE STATE SCHOOL OF TEACHING FUNDAMENTAL TEACHER ANTÔNIO BENVINDO / GUARABIRA-PB WORKING WITH THE DIFFERENCES AND THEIR SPECIAL NEEDS.**

**Autora:** FLÁVIA LIMA DA ROCHA BATISTA

**Orientador:** Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto – UEPB/CH/PARFOR

**Examinadoras:** Prof<sup>a</sup>. Ms. Mônica de Fátima Gudes de Oliveira - UEPB/CH/PARFOR

Prof<sup>a</sup>. Ms. Luana Anastácia Santos de Lima - UEPB/CH/PARFOR

**ABSTRACT**

The present study seeks to insert the discussion about the inclusion of students with special needs in the State School of Elementary Teaching Antonio Benvindo, located in the city of Guarabira/PB, as well as the issues surrounding the educational context in the last decades. We observed that without the partnership between the family and the school, inclusive education is fragmented to little explored content, considering that the child already enters the school with their family values, attitudes and culture, and the school must accept these characteristics. Authors such as: (MACEDO, 2005); (GUIMARÃES, 2006); (MONTAAN, 2005); (MITLER, 2004); (XAVIER, 2015) were the theoretical basis of the work. Besides the family having to encourage their children to become aware of new information, these should be related to the apprehension of each individual in the social context to which they are inserted. We also noticed the lack of capacity for teachers to prepare to teach in order to receive students with special needs in their classrooms. We seek to highlight the need for a deep reflection, not only on the inclusion of students in the classroom in isolation, but also on human diversity, in a context that camouflages inequalities. We must seek to overcome these obstacles so that the school truly has a social inclusion movement for all.

**KEYWORDS:** EDUCATION. FAMILY. SCHOOL. INCLUSION. LEARNING.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Print da frontal da Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Benvindo. Guarabira/PB.....	21
Figura 02	Uma das salas de aula do Antônio Benvindo.....	23
Figura 03	Sala de vídeo, com data-Show e computador e sistema de tela e som da Escola Antônio Benvindo.....	24
Figura 04	Cozinha e merendeira da Escola Antonio Benvindo.....	24
Figura 05	Mini auditório da Escola Antônio Benvindo.....	25
Figura 06	Funcionários participando de Reuniões Pedagógicas da Escola Antônio Benvindo	25
Figura 07	Cartaz elaborado pelos discentes da Escola Antônio Benvindo sobre a Política de Transversalidade.....	27
Figura 08	Peça teatral falando sobre inclusão, com apoio da Polícia Militar, 4º BPM, na Escola Antônio Benvindo.....	28
Figura 09	Imagem ilustrativa que gerou a peça teatral sobre inclusão, na Escola Antônio Benvindo.....	28
Figura 10	Estudante escreve redação sobre inclusão, na Escola Antônio Benvindo.....	28
Figura 11	Reunião sobre novas metodologias para se trabalhar a inclusão na Escola Antônio Benvindo.....	28
Figura 12	Reunião sobre vivencias de inclusão com alunos em sala de aula da Escola Antônio Benvindo.....	30
Figura 13	Estudantes assistindo vídeo sobre inclusão, na Escola Antônio Benvindo.....	33
Figura 14	Imagem ilustrativa de Educação Física e Inclusão, na Escola Antônio Benvindo	33
Figura 15	Estudantes da Escola Antônio Benvindo fazendo trabalho de campo.....	33
Figura 16	Aula de campo da Escola Antônio Benvindo, mostrando a poluição do rio Guarabira.....	33
Figura 17	Estudantes da Escola Antônio Benvindo fazendoatividades motoras.....	34
Figura 18	Aula da Escola Antônio Benvindo, com exercícios respiratórios.....	34
Figura 19	Estudantes da Escola Antônio Benvindo fazendo trabalho sobre o dia das bruxas	34
Figura 20	Aula de cartazes na Escola Antônio Benvindo.....	34
Figura 21	Estudantes da Escola Antônio Benvindo fazendo trabalho manual.....	35
Figura 22	Aula de confecção de placas inclusivas na Escola Antônio Benvindo.....	35

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AEE- Atendimento Educacional Especializado.

CNE – Conselho Nacional de Educação

CAPES – Conselho Nacional de Pesquisa

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

DNEEEB - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

FUNAD - Fundação Nacional de Apoio ao Portador de Deficiência

LDB – Lei de Diretrizes de Base da Educação

MEC – Ministério de Educação e Cultura

ONU – Organização das Nações Unidas

PARFOR – Programa Nacional de Formação de Professores

PC - Paralisia Cerebral

PM - Paralisia Mental

TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE INCLUSÃO DOS ALUNOS ESPECIAIS NA ESCOLA E METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>15</b>
2.1 CONCEITOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E MARCO LEGAL.....	15
2.2 FAMÍLIA, ESCOLA E SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS ESPECIAIS.....	18
2.3 METODOLOGIA.....	20
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PROFESSOR ANTÔNIO BENVINDO.....</b>	<b>21</b>
3.2 RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	26
3.3 ATIVIDADES LÚDICAS PARA INCLUSÃO DESENVOLVIDAS NA ESCOLA PROF. ANTONIO BENVINDO.....	32
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar a experiência docente com os alunos que possuem necessidades especiais em turmas da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Antônio Benvindo, situada no município de Guarabira - PB. O tema Inclusão Escolar chamou muita atenção devido o número de discentes matriculados na referida escola. Esta inclusão faz parte da prerrogativa de corresponder às solicitações de uma sociedade exigente, no que se refere à igualdade de oportunidades e veloz em suas mudanças e inovações.

Mediante os vários questionamentos referentes à sua forma de atuação, a escola tradicional reconhece a urgência de uma transformação curricular quanto aos conteúdos, às atividades de ensino-aprendizagem, recursos materiais, equipamentos e avaliação utilizada. Nesse sentido se incluem também a capacidade e a prática num universo que requer reflexão, flexibilidade e atualização contínua (GUBERT; MACHADO, 2009).

É válido ressaltar que pensar em um currículo, implica desenvolver uma série de competências necessárias ao processo de renovação, em que se inclui o respeito às dificuldades e o incentivo para o envolvimento de todos os atores participantes do processo. A inclusão de crianças portadoras de deficiências na rede regular de ensino é um direito garantido pela lei 8069 de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências à Constituição Federal (BRASIL, 1990).

Para que ela realmente se efetive as diretrizes são necessárias que a comunidade escolar se disponha a apoiá-la. Esse processo, portanto, não pode ser algo imposto de cima para baixo, mas deve começar pela atuação dos dirigentes e professores que, como líderes, devem tornar-se agentes modificadores da situação atual da segregação desses alunos, que comumente sofrem tanto em família como e em sociedade, devido as suas limitações e diferenças (BRASIL, PRADIME, 2006).

Falar sobre inclusão escolar é além de atualizar nossas concepções e resignificar o processo de construção, é preciso repensar o sentido que se está atribuindo à educação, de compreender a complexidade desse tema. O termo inclusão

já trás implícito a ideia de exclusão, pois só é possível incluir alguém que já foi excluído.

O paradigma da inclusão vem ao longo dos anos a se esforçar para uma “não exclusão escolar” e propor ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. Partindo desse principio e tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, procuremos a igualdade de condições necessárias e atendimento educacional especializado, mostrando a escassez de se garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada individuo (CAIO, 2014).

Através dessa atuação, buscaremos analisar e refletir sobre a Inclusão dos mesmos no ensino regular como também o processo de ensino-aprendizagem deles. Abordaremos questões como o que é de fato a inclusão? O que leva as pessoas a terem entendimentos e significados tão diferentes? Então, partindo desses pressupostos, iremos tecer algumas reflexões, pois dessa forma esperamos contribuir para uma prática menos segregacionista e menos preconceituosa.

O trabalho se estruturou em quatro capítulos, incluindo-se a introdução como capítulo 1. O capítulo 2 apresenta uma revisão conceitual e de literatura sobre a educação inclusiva, seguido da metodologia; o capítulo 3 traz uma caracterização geral da Escola, seguido de relatos de experiência e o capítulo 4 expõe considerações gerais sobre o estudo, seguido das referências pesquisadas.

Nestes termos, consideramos que a educação inclusiva, apesar de possuir um marco legal e já ser reconhecida nas escolas municipais e estaduais, ainda sofre muitos obstáculos de efetivação, carece de cuidados especiais, pessoal qualificado e treinado para esse proposito. A realidade é muito mais complexa e nem sempre ocorrem os devidos entendimentos de papeis e funções entre a escola e as famílias das crianças que merecem as atenções especiais.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE INCLUSÃO DOS ALUNOS ESPECIAIS NA ESCOLA**

O capítulo foi estruturado em duas partes, sendo a primeira sobre o marco legal e os conceitos sobre a educação inclusiva, considerando os diferentes casos relativos aos tipos de necessidades especiais. A segunda parte tratou sobre os estudantes em situações especiais em relação a família e as adaptações da escola. Para tanto, foram utilizados dados oficiais e políticas setoriais voltadas para as crianças com necessidades especiais, considerando conselhos nacionais e associações especializadas no assunto.

### **2.1 CONCEITOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E MARCO LEGAL**

Os alunos com necessidades especiais são assegurados por Leis Internacional e Nacional que asseguram a educação inclusiva, entre eles destaca-se, a Declaração de Salamanca, editada pela UNESCO em 1994, que propõe que todas as crianças com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, dentro de uma Pedagogia capaz de atender as suas necessidades. A Convenção de Guatemala, de 26 de maio de 1999, promulgada no Brasil pelo Decreto N° 3.956, de 08 de outubro de 2001, que “tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência a sua plena integração à sociedade”.

A Convenção da ONU de 2006, aprovada no Brasil pelo Decreto N° 186, de 09 de julho de 2008, que estabelece que os Estados participantes assegurem e promovem a plena realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência.

Em 1999, o Decreto n° 3.298, que regulariza a lei 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a integração da pessoa com deficiência, define a educação como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino,

ênfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. No contexto Federal, destaca-se a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 em seu Art. 208 determina que seja dever do Estado o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) em seu Art. 58 dispõe que a educação será “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais”, no parágrafo 1º “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece, no capítulo IV, no artigo 53, do direito à Educação, à cultura, ao Esporte e ao Lazer, que: “[...] a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificando para o trabalho assegurando-lhes igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola”. (BRASIL, 1990, p 22).

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determina que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurado as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (BRASIL, 2001).

A seguir, veremos as necessidades especiais que diariamente trabalhamos dentro do âmbito escolar. Iremos topicalizar de forma estrutural para criar nomenclaturas e definições para cada uma. O Movimento Down explica que a Síndrome De Down, que é causada pela presença de três cromossomos 21 em todas ou na maior parte das células de um indivíduo. Isso ocorre na hora da concepção de uma criança. As pessoas com síndrome de Down, ou trissomia do cromossomo 21, têm 47 cromossomos em suas células em vez de 46, como a maior parte da população (<http://www.movimentodown.org.br/sindrome-de-down/o-que-e/>).

Para autores como (COELHO; SILVA, 2016), tratando sobre o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), descreve a HIPERATIVIDADE, como desordem do déficit de atenção, pode afetar crianças, adolescentes e até mesmo

alguns adultos. Os sintomas variam de brandos a graves e podem incluir problemas de linguagem, memória e habilidades motoras. Embora a criança hiperativa tenha muitas vezes uma inteligência normal ou acima da média, o estado é caracterizado por problemas de aprendizado e comportamento. Os professores e pais da criança hiperativa devem saber lidar com a falta de atenção, impulsividade, instabilidade emocional e hiperativa incontrolável da criança.

A psicóloga e Psicanalista infantil Ramos (2017), explica que o autismo é um distúrbio neurológico caracterizado por comprometimento da interação social, comunicação verbal e não-verbal e comportamento restrito e repetitivo. Os sinais geralmente desenvolvem-se gradualmente, mas algumas crianças com autismo alcançam o marco de desenvolvimento em um ritmo normal e depois regredem.

Ramos (2017) fala sobre quatro tipos de retardos mentais, aqui destacamos 2 tipos de Retardo Mental: O Grave e o Leve. O retardo grave é o quociente de inteligente (QI) que mede a capacidade intelectual de uma criança, com um razoável grau de exatidão. Quando o QI está entre os 20 e os 35, trata-se de um retardo mental grave, e neste caso a criança não pode receber aprendizagem mesmo quando comparada a uma criança com um retardo menos intenso, assim como nos casos em que o quadro de retardo mental é profundo onde o QI é inferior a 19.

O Retardo Mental Leve é caracterizado por um quociente intelectual (QI) entre 52 a 68. As crianças com um grau leve de retardo mental podem atingir um nível de leitura similar aos das crianças que cursam entre a 4a e a 6a série escolar, aprender as habilidades educacionais básicas necessárias no dia-a-dia (RAMOS, 2017)

A Associação Brasileira de Paralisia Cerebral no seu site oficial conceitua Paralisia Cerebral (PC) como sendo um termo geral que engloba manifestações clínicas muito variadas, que têm em comum a dificuldade motora em consequência a uma lesão cerebral. Para que uma criança com dificuldade motora tenha o diagnóstico de PC, é necessário: que a lesão neurológica não seja uma lesão progressiva. Também conceitua a Paralisia Motora (PM), como uma disfunção física ou motora, a qual poderá ser de caráter congênito ou adquirido. Desta forma, esta disfunção irá afetar o indivíduo, no que diz respeito à mobilidade. À coordenação motora ou à fala. Este tipo de deficiência pode decorrer de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas e ainda de má formação.

## 2.2 FAMÍLIA, ESCOLA E SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

O Ministério da Educação cria Programa Educação Inclusiva: direito a transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promovem um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à organização do atendimento educacional especializado e à promoção da acessibilidade (BRASIL, 2003).

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que garantem são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (CARVALHO, 2005. p. 77).

Vemos que os alunos com necessidades especiais estão assegurados pelas leis, mas apesar da ampla legislação existente assegurando atendimento especializado os alunos portadores de necessidades especiais e a formação de professores para atendê-los, na prática, há outra realidade. Conclui-se que as leis que garantem os direitos aos alunos especiais, nem sempre são assegurados apesar dos avanços ocorridos, ainda está distante da nossa realidade.

A família e a escola formam uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir. O ideal é que a família e a escola tracem as mesmas metas de forma simultânea, propiciando ao aluno uma segurança na aprendizagem de forma que venha criar cidadãos críticos capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem na sociedade (MELO, 2009).

As práticas educacionais desenvolvidas na sala de aula são muitas vezes direcionadas apenas ao contexto escolar, ficando a família ausente desse processo. Contudo, torna-se evidente que o professor deve ter autonomia para desenvolver as suas atividades com seus alunos com necessidades especiais, sem necessariamente o envolvimento da família. No entanto, a participação da família pode acontecer de forma indireta, especialmente quando esta valoriza o papel do professor, bem como, do aluno/filho, no processo de ensino/aprendizagem, e na inclusão dos alunos especiais.

Essa valorização no primeiro caso se refere ao fato de que o professor tem o respaldo positivo da família em seu ambiente de trabalho. Já no segundo caso, no tocante aos alunos, um dos elementos presentes neste processo é a constante referência ao interesse, participação e colaboração dos pais na vida escolar de seus filhos, e isto pode acontecer através da busca de informações sobre os alunos ou até mesmo fora do espaço educacional, como exemplo o acompanhamento do aluno na Fundação Nacional de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD/PB, 2017).

Essas condições favorecem o sucesso escolar dos alunos, pois a educação é um processo permanente que envolve os indivíduos com uma visão de transformar a sociedade e engajá-los no contexto social. Sabe-se que a educação deve preparar os indivíduos para o exercício da cidadania mesmo com suas limitações, fortalecendo os laços tornando-se cidadãos ativos e participativos. Além disso, a educação deve propiciar o desenvolvimento das capacidades para que o sujeito possa compreender os fatos do meio social e interferir de forma crítica e construtiva no meio em que está inserido.

Portanto, a responsabilidade educacional nos dias atuais não cabe somente à escola, mas também a família como agente participativo do processo ensino/aprendizagem, garantindo ao aluno/filho o sucesso escolar, assim, “abrir as portas à aprendizagem de familiares e comunidade, ajuda os alunos a ter sucesso escolar, e colaborar para diminuir a evasão e repetência” (GENTILE, 2006, p. 32).

Dessa forma, deve-se caminhar a relação entre família e escola, pois são as duas instituições nas quais o aluno/filho está profundamente integrado no seio social. Apesar de a família ser importante no processo de aprendizagem dos filhos, é fundamental que o professor saiba conduzir a transmissão do conhecimento aos seus alunos, pois como afirma Cury (2008) “bons professores possuem metodologia, professores fascinantes possuem sensibilidade”.

A afirmação de Cury (2008, p. 47) aponta para a questão de que “bons professores falam com a voz, professores fascinantes falam com os olhos. Bons professores são didáticos, professores fascinantes vão além. Possuem sensibilidade para falar ao coração dos seus alunos”.

## 2.3 METODOLOGIA

As metodologias utilizadas para atingir os objetivos propostos na presente pesquisa ocorreram através do levantamento bibliográfico, como sites, revistas, artigos e livros sobre o assunto aqui transcorrido; do reconhecimento de campo; conhecimento empírico decorrente da vivência em âmbito escolar. Utilizou-se como embasamento e suporte as ideias de CARVALHO (2005); GENTILLE (2006); CURY (2008); além da Lei nº 8069.

Optou-se por eleger a E. E. E. F. Professor Antonio Benvindo como espaço para a realização dos trabalhos desenvolvidos, para estudo e caracterização de área. Para coletar os dados, optou-se pela pesquisa de campo na referida escola citada numa abordagem de observação, ao decorrer da pesquisa foi sendo elaborada a parte teórica do trabalho, que está organizado em tópicos.

Nesse caso, se trata de uma pesquisa empírica, com relatos de experiências e de observação direta, no chão da Escola, a partir de uma realidade empírica. Foram feitos os acompanhamentos e observações e registros de experiências. Foi a partir do Estágio Supervisionado que se desenvolveu a pesquisa, com registro de imagens, conversas informais e observações do trabalho com a Educação Especial desenvolvida na Escola.

## 3 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA PROFESSOR ANTÔNIO BENVINDO

Foi feito um levantamento histórico da Escola a partir de documentos da secretaria escolar e do seu Projeto Político e Pedagógico. Tendo sido fundada em 1968, a Escola recebeu como patrono Antônio Benvindo de Vasconcelos, num ato de reconhecer a seus méritos. O então governador, Clóvis Bezerra, resolveu homenageá-lo com o nome da nova escola que passara a chamar Grupo Escolar Antônio Benvindo, hoje Escola Estadual de Ensino Fundamental Prof. Antônio Benvindo (Figura 01):



Figura 01 – Print da frontal da Escola Estadual de Ensino Fundamental Antônio Benvindo. Guarabira/PB, 2017. Fonte: Google Maps - <https://www.google.com.br/maps/@-6.8488108,-35.4927692,3a,60y,27.29h,87.95t/data=!3m6!1e1!3m4!1sqBRopCLW7avGmdAwSWrRTw!2e0!7i13312!8i6656>

Funcionando inicialmente no Bairro do Cordeiro o Antônio Benvindo tem como sua primeira gestora a professora Maria de Lourdes de Mendes de Souza, que ficou à frente da escola durante 36 anos, formando não só a turma de 1968, mais as que subsequentes durante sua gestão.

Em 1972, a Escola muda de bairro, passando a funcionar na Rua Napoleão Laureano, 576, Bairro Novo (prédio cedido pela prefeitura Municipal) (imagem 01). Sua primeira reforma se deu no ano de 1983, numa parceria Prefeitura/estado. Em

1986, dois marcos importantes nessa Escola, abre espaço para alunos com deficiência (física, mental e auditiva) como também dificuldades de aprendizagem. É fundada a Sala especial e a Sala de Recursos, que ainda hoje funciona perfeitamente, atendendo aos alunos com necessidades especiais, tendo à frente as professoras Niedja Gama e Lourdes Costa.

No ano de 1994, a 1ª Gestora, Maria de Lourdes Mendes, recebe sua aposentadoria e logo após reassume a direção como cargo comissionado, e dois anos depois funda o 1º Conselho Escolar, onde é escolhida a para presidente a professora Regina Carmelli (1996).

Em 1999, toma posse a primeira vice-gestora, a professora Maria Aparecida Costa Pereira e neste ano também é implantado o projeto EJA. Em mais uma vez a Escola abre espaço para alunos com déficits de aprendizagem abraçando mais um projeto. É formada em 2001 a primeira turma de Aceleração da Aprendizagem, e logo no ano seguinte, em 2002 é implantado nessa Escola o Projeto CEPES, visando à melhoria da qualidade de ensino e a valorização do magistério. Ainda no ano de 2002, a Escola é contemplada com uma importante reforma: Construção do auditório e de uma sala adaptada para portadores de necessidades especiais.

Após 36 anos de sua fundação, o Antônio Benvindo passa por sua primeira mudança de gestor, assumido Maria de Lourdes Lucena Siqueira como gestora e vice Rozana Dantas de Souza. Neste ano de 2004, é implantado mais um projeto do Instituto Ayrton Senna "Se liga Paraíba". Nos dois últimos anos a Escola sediou Seminário de Formação onde recebeu Professores de Guarabira e Região.

Os professores se reúnem com a coordenação pedagógica e a direção semanalmente para planejarem e debaterem "questões problemas" da escola, a fim de solucioná-los em comum acordo e após as discussões os professores fazem planejamento semanalmente. A coordenadora repassa em conjunto com a sua auxiliar todo o procedimento para elaboração dos projetos enviados pela secretaria, projetos esses, construídos no início do ano, de acordo com a necessidade da comunidade escolar. A Escola em discussão vem sendo contemplada pelo sexto ano consecutivo com o décimo quarto e décimo quinto salários, por ótimo desempenho na elaboração e execução dos projetos propostos.

A estrutura física possui da escola supradita é composta por: 8 salas de aulas (exemplo imagem 02), 1 sala de leitura; 1 sala de vídeo (imagem 03); 1 sala para professores; 1 arquivo; 1 cozinha (imagem 04); 1 sala para direção; 1 sala para o projeto “Mais Educação”; 1 pátio; 1 dispensa; 5 banheiros para alunos e 2 banheiros para funcionários; 1 sala de recursos (multifuncional) e 1 mini auditório, que possui capacidade para um público de 400 alunos (imagem 05). No tocante aos funcionários, a escola conta com 28 pessoas, dividida entre profissionais da educação e equipe de apoio (faxineiros, porteiro, cuidadores) (Figura 02):



Figura 02 - Uma das salas de aula do Antônio Benvindo. Fonte: Arquivos da Autora, junho de 2017.

Como visto, as salas de aulas são bem estruturadas, arejadas e bem iluminadas, possuindo equipamentos como mesas e cadeiras em plástico e ferro, até certo ponto, confortáveis. Na escola também existem equipamentos moderno como *data-show* e telas em plástico para transmitir imagens em *slides*. Esses equipamentos facilitam as atividades docentes e contribuem para aulas mais dinâmicas, pois permite exibição de imagens, textos e filmes, através de computadores e caixa de som (Figura 03):



Figura 03 - Sala de vídeo, com Data-Show e computador e sistema de tela e som da Escola Antônio Bemvindo. Fonte: Arquivos da Autora, Junho de 2017.

Para ilustra a pesquisa, expomos aqui uma imagem da cozinha da escola, onde são preparados os alimentos dos estudantes. É uma espaço bem estruturado com equipamentos como geladeira, fogão, liquidificador industrial, pia ixon e utensílios de cozinha, além de uma equipe de cozinheiras (merendeiras) e ajudantes (Figura 04):



Figura 04 - Cozinha e merendeira da Escola Antonio Bemvindo. Fonte: Arquivos da Autora, junho de 2017.

A escola conta com um espaço aberto para recreação, que também serve com auditório e local para atividades de Educação Física. É amplo ventilado e iluminado tanto por luz artificial elétrica como pela luz solar (Figura 05):



Figura 05 - Mini auditório da Escola Antônio Bemvindo. Fonte: Arquivos da Autora, junho de 2017.

Esse espaço também é utilizado para a realização de reuniões e palestras. Os planejamentos bimestrais, semestrais e até formações docentes acontecem com frequência no mini-auditório da escola (Figura 06):



Figura 06 - Funcionários participando de Reuniões Pedagógicas da Escola Antônio Bemvindo. Fonte: Arquivos da Autora, junho de 2017.

Ao longo das últimas décadas tem-se notado um melhoramento no desempenho dos estudantes com alguma deficiência, porém, ainda são existentes dificuldades das escolas brasileiras. Ampliar as proficiências e para colaboração e acompanhamento dos alunos até hoje é uma resistência.

### 3.1 RELATO DE EXPERIENCIA JUNTO AOS ALUNOS DA ESCOLA ANTONIO BENVINDO

Em 1988 a Constituição Brasileira (CF) veio dar suporte as pessoas com deficiência, para que estas viessem a ter acesso à educação. Essa foi uma conquista que se somou aos direitos do Atendimento Educacional Especializado que complementa o ensino regular para as pessoas com deficiência. Complementando, que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (BRASIL, Art. 208, V, CF de 1988).

O educador precisa estar muito bem preparado e consciente do seu papel dentro da sociedade. Fazer o encontro do educando com o “novo” é prepará-lo para o descobrimento de um mundo diferente, ou pelo menos incentivá-lo. A escola é um local de construções e diferenças, é um espaço privilegiado de produção e de socialização do saber.

Promover a inclusão social e reduzir as desigualdades constitui o primeiro dos dez grandes objetivos de governo previstos no PPA e o principal foco da Agenda Social. Contudo, a redução das desigualdades é entendida estritamente como uma diminuição da desigualdade de renda entre os mais ricos e os mais pobres, sem considerar a interface entre gênero, raça e pobreza. No caso da escolaridade e especialmente da inserção no mercado de trabalho (YANNOULAS e SOARES, 2009, p. 33).

Os autores destacam a transversalidade como um instrumento de intervenção social que visa incorporar à gestão aspectos selecionados da realidade que são determinantes para atendimento a um problema ou situação. Ela específica e que necessitam de abordagem multidimensional e integrada para enfrentamento eficaz, atravessando vários campos de análise e atuação e ressignificando suas respectivas atividades. Essa passou a ser uma das nossas preocupações pedagógicas durante o cotidiano da Escola Antônio Benvindo (Figura 07):



Figura 07 - Cartaz elaborado pelos discentes da Escola Antônio Bemvindo sobre a Política de Transversalidade. Fonte: Arquivos da Autora, julho de 2017.

O termo inclusão já trás implícito a ideia de exclusão, pois só é possível incluir alguém que já foi excluído. A inclusão está respaldada na dialética inclusão/ exclusão, com a luta das minorias na defesa dos seus direitos. Para falar sobre inclusão escolar é preciso repensar o sentido que se está atribuindo à educação, além de atualizar nossas concepções e resignificar o processo de construção de todo o indivíduo, compreendendo a complexidade e amplitude que envolve essa temática (YANNOULAS e SOARES, 2009).

De acordo com Rosa (2005), ter uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Faz-se necessário, uma mudança de paradigma dos sistemas educacionais onde se centra mais no aprendiz, levando em conta suas potencialidades e não apenas as disciplinas e resultados quantitativos, favorecendo uma pequena parcela dos alunos.

Temos que refletir sobre a educação em geral para pensarmos em inclusão da pessoa com deficiência, pois, a tendência é focar as deficiências dos nossos sistemas educacionais no desenvolvimento pleno da pessoa, no déficit de atenção, na hiperatividade e/ou nas deficiências onde o problema fica centrado na incompetência do aluno ((XAVIER, 2017).

Outro aspecto a ser considerado é o papel do professor, pois é difícil repensar sobre o que estamos habituados a fazer, além do mais a escola está estruturada para trabalhar com a homogeneidade e nunca com a diversidade. Foi pensando nisso que se decidiu fazer aulas para debatermos esse assunto dentro da escola: promovendo o diálogo e fazendo com que todos percebessem a dura realidade vivenciada pelos alunos (Figuras 08 a 11).



Figura 08 - Peça teatral falando sobre inclusão, com apoio da Polícia Militar, 4º BPM, na Escola Antônio Benvindo.  
Fonte: Arquivos da Autora, Maio de 2017.



Figura 09 – Imagem ilustrativa que gerou a peça teatral sobre inclusão, na Escola Antônio Benvindo.  
Fonte: Arquivos da Autora, Maio de 2017.



Figura 10 – Estudante escreve redação sobre inclusão, na Escola Antônio Benvindo.  
Fonte: Arquivos da Autora, Maio de 2017.



Figura 11 – Reunião sobre novas metodologias para se trabalhar a inclusão na Escola Antônio Benvindo.  
Fonte: Arquivos da Autora, Maio de 2017.

Há algumas décadas a Educação Especial foi organizada de forma a substituir o ensino regular. Assim sendo, a escolarização dos alunos considerados público-alvo dessa modalidade de ensino era feita de forma separada e as instituições disponibilizavam espaços educativos muito pequenos, que algumas vezes eram separados das demais repartições da instituição, e ainda considerados especializados (GUIMARÃES, 2006).

Para Montoan, (2005), ter acesso à escola regular é direito de todos, independentemente de suas condições físicas, mentais ou sociais, o exemplo disso é a implantação das salas do AEE (Atendimento Educacional Especializado), que são de fundamental importância para o desenvolvimento da pessoa com deficiência, pois é através dos recursos utilizados pelos profissionais da sala de recursos multifuncionais, que os mesmos organizam atividades de forma complementar e suplementar a escolarização de cada criança no contra turno da sala regular potencializando suas habilidades de forma qualitativa e valorizando suas especificidades.

Temos que buscar diferenciar a integração da inclusão, na qual na primeira, tudo depende do aluno e ele é que tem que se adaptar buscando alternativas para se integrar, ao passo que na inclusão, o social deverá modificar-se e preparar-se para receber o aluno com deficiência. Jamais haverá inclusão se a sociedade se sentir no direito de escolher quais os deficientes poderão ser incluídos. É preciso que as pessoas falem por si mesmas, pois sabem do que precisam, de suas expectativas e dificuldades como qualquer cidadão. Mas não basta ouvi-los, é necessário propor e desenvolver ações que venham modificar e orientar as formas de se pensar na própria inclusão (MONTANO, 2005).

Na escola Antônio Benvindo, estão matriculados e frequentando 22 alunos com necessidades especiais. A escola possui uma sala do AEE- Atendimento Educacional Especializado, para os alunos com necessidades especiais, onde as professoras buscam diferentes formas de resolver os obstáculos que a nossa sociedade apresenta, contribuindo para a formação de cidadãos capazes de enfrentar as dificuldades da vida no caminho para o sucesso. Nestes termos, sempre nos preocupamos com treinamentos, reuniões e formação que possam melhorar nosso atendimento aos estudantes que possuem algum tipo de necessidade especial, mas

que possam frequentar a escola normalmente, pois é a escola que precisa se adequar a realidade social, para atender aos estudantes dentro de suas limitações (Figura 12):



Figura 12 - Reunião sobre vivências de inclusão com alunos em sala de aula da Escola Antônio Bemvindo. Fonte: Arquivos da Autora, Maio de 2017.

Durante esse período de experiência com o Estágio supervisionado, pude apreciar com mais afinco sobre a inclusão das pessoas “especiais” no ensino regular. Todo esse envolvimento foi de suma importância e trouxe grande contribuição no sentido de propiciar um melhor entendimento sobre Educação Especial no contato sócio-político e Científico. O meio mais eficaz para possíveis transformações efetivas se dão através de mecanismos capazes de contribuir para tornar a sociedade mais justa, mais humana e mais igualitária.

. Xavier (2015) nos alerta que é necessário um olhar crítico sobre o processo de inclusão, suas perspectivas e controvérsias sobre a permanência dessas pessoas deficientes na escola, seja ela regular ou especial no sentido de observar se há predisposição dos segmentos sociais no geral e, especialmente o escolar, se aceita essa população como compromisso político. Tal compromisso exige uma nova atitude do professor, que deixa de ser apenas sem transmissor de conhecimentos, isento de valores, reconhecendo que no ato pedagógico, estão contidos sentimentos, modo de ser de interagir, de intercomunicar-se de partilhar experiências, de aceitar as diferenças, de transformar conceitos e preconceitos, do mundo.

## 3.2 ATIVIDADES LÚDICAS PARA INCLUSÃO DESENVOLVIDAS NA ESCOLA PROF. ANTONIO BENVINDO

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996), refere-se sobre estar "preferencialmente" incluída, mas também haverá quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades e que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas do aluno não for possível sua integração nas classes comuns do ensino regular (PEREIRA, 2008).

Nos deparamos com frequência com as resistências dos professores e direções, manifestadas através de questionamentos e queixas ou até mesmo com expectativas de que possamos apresentar soluções mágicas, de aplicação imediata causando certa decepção e frustração, pois ela não existe. O problema se agrava quando vemos o professor totalmente dependente de apoio ou assessoria de profissional da área da saúde, pois nesse caso a questão clínica se sobressai e novamente o pedagógico fica esquecido. Com isso o professor se sente desvalorizado e fora do processo por considerar esse aluno como doente concluindo que não pode fazer nada por ele, pois ele precisa de tratamento especializado da clínica. Parece que o professor está esquecendo seu papel, porém não se considera, o momento do professor, sua formação, as condições da própria escola em receber esses alunos, que entram nas escolas e continuam excluídos de todo o processo de ensino-aprendizagem e social, causando frustração e fracassos, dificultando assim a proposta de inclusão (PEREIRA, 2008, p. 04).

Aliado a esse contexto escolar, encontramos a dificuldade do ponto de vista econômico, principalmente nos pequenos municípios, que analisam o custo benefício da acessibilidade, como, adaptar os ônibus, com custo elevado para o número insignificante de pessoas com deficiência. Por trás disso, sabe-se que tem a ideia, que as pessoas com deficiência são improdutivas e por isso pouco se investe. Contudo esse posicionamento dificulta a entrada na escola e no trabalho, acentuando assim a sua condição desfavorecida em relação a outras pessoas.

A emenda a Constituição brasileira na Lei Nº 5.692/71 modificou alguns conceitos da LDB de 61, que em seu Artigo 9º trata da garantia do atendimento as pessoas com deficiência sem apontar, explicitamente, de que forma deverá ocorrer a educação, reforçando a dubiedade e o erro na interpretação durante o cumprimento do regulamentado em Lei (XAVIER, 2015, p. 02).

A autora ainda continua sua fala inferindo que

Com a promulgação da LDB n.º 4.024/61 que em seu texto original, trata da educação de excepcionais que por sua vez passam a ter direito a educação regular e trouxe com essa implantação um grande avanço, pois estes grupos antes excluídos da escola passou a ter como direito a educação escolar, ultrapassado as barreiras do simples assistencialismo, da terapia ocupacional, da execução de trabalhos manuais, oportunizando estas pessoas a inclusão social (XAVIER, 2015, p.02).

A Educação Especial perpassa todos os níveis, etapas e demais modalidades de ensino que oferece recursos, serviços e estratégias de acessibilidade ao ambiente escolar. Nesse contexto a escola comum deixa de ser um único sistema de ensino passando a ser paralelo com níveis e etapas próprias. A escolarização de práticas das escolas comuns que passaram a mudar a lógica e suas organizações no processo educativo do aluno deficiente.

O ensino oferecido no Atendimento Educacional Especializado é diferente do ensino escolar, e não pode ser visto como um espaço onde se tem reforço escolar ou complementação das atividades escolares. Em vista disso, os sistemas de ensino devem disponibilizar os recursos da educação especial para que os alunos tenham os recursos e as condições de acesso ao currículo, promovendo os materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares.

No colégio Antonio Benvindo se preza por essa inclusão. Nas aulas sempre se é pensado uma nova forma ou metodologias para que nenhum dos alunos fique de fora, e em especial, nas aulas de educação física. Também se busca identificar as necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas, sempre com um cronograma de atendimento.

A seguir veremos algumas das atividades realizadas durante o ano letivo de 2017 na escola Prof. Antonio Benvindo. Começaremos enfatizando as vídeo-aulas, onde são abordados temas relevantes e é uma ótima metodologia para fixação e aprendizado de conteúdos que estimulam os temas transversais e a educação inclusiva. Além dos vídeos também acontecem atividades de Educação física em alguns momentos com o tema da inclusão como um direito de todos (Figuras 13 e 14):



Figura 13 – Estudantes assistindo vídeo sobre inclusão, na Escola Antônio Benvindo.  
Fonte: Arquivos da Autora, Maio de 2017.



Figura 14 – Imagem ilustrativa de Educação Física e Inclusão, na Escola Antônio Benvindo.  
Fonte: Arquivos da Autora, Maio de 2017.

As aulas de campo sempre foram uma diversão à parte. Quando se faz campo, o interesse e envolvimento são nítidos no semblante de cada discente. Extrapolar o âmbito escolar e ver a teoria sendo posta em prática para os discente é um encantamento. Nestas aulas os temas ambientais são maximizados para que as crianças possam pensar na saúde do planeta (Figuras 15 e 16).



Figura 15 – Estudantes da Escola Antônio Benvindo fazendo trabalho de campo.  
Fonte: Arquivos da Autora, Maio de 2017.



Figura 16 – Aula de campo da Escola Antônio Benvindo, mostrando a poluição do rio Guarabira.  
Fonte: Arquivos da Autora, Maio de 2017.

As dinâmicas propostas e desenvolvidas em sala de aula são bem aceitas por todos. Infelizmente poderiam ser bem melhor executadas, se houvessem mais

investimentos e recursos disponibilizados por parte das esferas governamentais. Entretanto, com muita dedicação e desdobramento vai se fazendo com que sejam aplicadas inovações no aprendizado dos educandos

A escola depende de uma série de fatores como arquitetura, engenharia, transporte, acesso, experiências, conhecimentos, sentimentos, comportamentos, valores, entre outros. E muito desses fatores são planejados e construídos por pessoas sem compreensão das limitações que cada pessoa com deficiência possui, o que afeta o desenvolvimento de uma escola verdadeiramente inclusiva (Figuras 17 a 20).



Figura 17 – Estudantes da Escola Antônio Benvindo fazendo atividades motoras.  
Fonte: Arquivos da Autora, junho de 2017.



Figura 18 – Aula da Escola Antônio Benvindo, com exercícios respiratórios.  
Fonte: Arquivos da Autora, junho de 2017.



Figura 19 – Estudantes da Escola Antônio Benvindo fazendo trabalho sobre o dia das bruxas.  
Fonte: Arquivos da Autora, Maio de 2017.



Figura 20 – Aula de cartazes na Escola Antônio Benvindo,  
Fonte: Arquivos da Autora, Maio de 2017.



Figura 21 – Estudantes da Escola Antônio Benvindo fazendo trabalho manual.  
Fonte: Arquivos da Autora, junho de 2017.



Figura 22 – Aula de confecção de placas inclusivas na Escola Antônio Benvindo,  
Fonte: Arquivos da Autora, Maio de 2017.

É na escola que todos os alunos devem participar das atividades, sem discriminação, onde o aprender será um desenvolvimento em conjunto e global, porém, o espaço inclusivo da escola ainda é bastante discutido. Podemos dizer então que as pessoas com deficiência ganharam espaço na sociedade quebrando paradigmas conceituais que por ventura os impediam de ter acesso ao âmbito escolar, participando ativamente da sociedade cumprindo com seu dever como cidadão ativo e participativo dentro da sociedade.

Através do Relatório de Estágio Supervisionado foi possível acompanharmos diferentes momentos do cotidiano escolar, bem como marcarmos o envolvimento direto em várias atividades que foram planejadas pelos professores da escola. Uma das marcas do trabalho foi observar e conversar com professores e estudantes sobre a importância do tema da inclusão como um tema transversal vivido na escola, pois a mesma conta com mais de 20 estudantes, considerados especiais, por portarem algum tipo de limitação física ou déficit de aprendizagem.

As diferentes atividades que foram expostas durante esse capítulo, denotam uma escola dinâmica e comprometida com uma educação inclusiva, com uma equipe docente que planeja suas atividades, compreende a importância da inclusão e a abordagem dos temas transversais sugeridos pelos referenciais curriculares. Assim, a equipe sempre desenvolve pedagogias de projetos, que intercalam temas ambientais, sobre discriminação sobre *Bulling*, entre outros. A escola também estimula atividades lúdicas nas quais se permite pensar na inclusão como um direito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos enfatizar, nesta conclusão, que procuramos imprimir uma visão crítica aos diversos tratados e, especificamente, aos problemas que aparecem em torno da educação inclusiva. Vale ressaltar que buscamos aprender as contradições contidas no discurso vigente que ao mesmo tempo em que propõe a inclusão pode estar concomitantemente, gerando a exclusão ou a segregação. No entanto, após analisamos, entendemos que a discussão em torno do tema, não deve levar a paralisação e suas limitações não devem e não podem ser tomadas como obstáculos intransponíveis, mas como desafios para as novas propostas com vistas aos objetivos desejados.

O estudo inicia-se explicando a concepção baseada em alguns autores, sobre o papel da escola percorrendo o caminho das reformas educacionais através da LDB até chegar às concepções e fundamentos da Educação. Este último a nosso ver, deveria buscar entender melhor as práticas educativas em geral e as práticas escolares propriamente ditas, como sistemas organizados, que se informassem mutuamente num caráter de complementaridade. Isso não ocorre e, segundo Nantoam (1997).

Os recursos que tornaram possíveis as transformações educacionais nos instigam, portanto, a rever as ideologias e os pressupostos teóricos, os objetivos da educação, tal como se apresentam hoje, mesmo em que se tratando das propostas educacionais mais progressistas e atualizadas.

Essa escola inclusiva teria como objetivos fazer com que as crianças atingissem o seu potencial máximo através de suas diferenças, com o apoio de profissionais, professores e até mesmo da sociedade como um todo. Esse é o nosso desejo mais urgente: estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Ou autores nos permitiram compreender a necessidade de um intenso debate sobre a necessidade urgente de transformação do sistema regular de ensino em um ambiente mais inclusivo, justo e democrático, as resistências ainda são muitas e,

consequentemente, o progresso em direção a escolas mais inclusivas ainda é limitado. O movimento pelas escolas inclusivas tem como principal objetivo, romper com as práticas didático-pedagógicas autoritárias e alienantes, que não reconhecem o papel fundamental do aluno no processo ensino-aprendizagem (MONTTOAN, 2005)

A Escola Antônio Benvindo já adota em seu Projeto Político e Pedagógico acesso esse debate, bem como a preocupação com uma Ambiente Educacional Especial que cumpre as necessidades educacionais para aqueles estudantes que precisam de acompanhamento especial, bem como monitores, acompanhantes e professores de libras.

O tema da inclusão e de uma escola para todos como propõe Macedo (2006), é uma dos propósitos que estão nas metas da Escola e que são Estimulados para Secretaria Estadual de Educação. Por se tratar de uma Escola Estadual, com uma localização próxima do centro de Guarabira, permite uma maior procura dos pais e obriga a escola a se adaptar a realidade de possuir crianças que carecem de atendimento especializado.

Com a pesquisa compreendemos que foram cumpridas as etapas da pesquisa, cumprido o Estágio Supervisionado que gerou relatório e que serviu como base para a confecção desse trabalho monográfico, não como um resultado final e acabado de estudo, mas apenas como mais um instrumento de incentivo ao tema, para que outros pesquisadores se interessem e continuem aprofundando o estudo sobre a Inclusão na escola.

## REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Paralisia Cerebral. O que é Paralisia Cerebral? Disponível em: <http://paralisiacerebral.org.br/saibamais05.php>

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pradime : Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação**. Brasília, DF : Ministério da Educação, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Especial: tendências atuais**. In: Salto para o Futuro: MEC/SEED, 1999.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações curriculares para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/SEF/SFESI, 1999.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

CAIO, Elisabete Alexandra Borronha. **Inclusão Escolar de Crianças e Jovens Institucionalizados Um desafio entre o Ideal e o Real** (Dissertação). Portugal/PT: IPCB/ESSE, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2451/1/elisabete%20caio%20final%20capa.pdf>

COELHO, Crispiniano de Souza; SILVA, Ronaldo Rodrigues da. **O centro de interesse e o comportamento de crianças com hiperatividade nas atividades físicas desenvolvidas em escolas públicas do distrito federal** (PDF). Distrito Federal: Revista da UCB, 2016. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/viewFile/1329/1016>

GUBERT Raphaela Lupion; MACHADO, Mércia Freire Rocha Cordeiro. **A Prática Docente e o Novo Paradigma Educacional Virtual**. (IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE e III Encontro Sul Brasileiro de Psicologia). Curitiba/PR: PUCPR, 2009. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3418\\_1822.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3418_1822.pdf)

GUIMARÃES, Arthur. **Inclusão que funciona**. In: Revista Nova escola. Ano VIII, nº 165, setembro 2006. São Paulo: Abril p.42-27.

MACEDO, Lino de. **O desafio da escola para todos**. In: Revista Pátio. Ano VIII, nº 32, Nov. 2004. Jan 2005, Porto Alegre – RS: Artmed. P.16-19.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito à diferença nas escolas.** In Revista Pátio. Ano VIII, n32, Nov. 2004. Jan 2005. Porto Alegre – RS: Artmed. P.12-15.

**Movimento Down** - <http://www.movimentodown.org.br/sindrome-de-down/o-que-e/>

MITTLER, Peter. **O futuro das escolas especiais.** In Revista Pátio. Ano VIII, n32, Nov. 2004. Jan 2005. Porto Alegre – RS: Artmed. P.8-11.

PARAÍBA, Governo do Estado. **FUNAD**, João Pessoa/PB, 2017. Disponível em <http://funad.pb.gov.br/>

RAMOS, Deborah. **Retardo Mental.** (2017) Disponível em <http://www.deborahramos.com/artigos/retardo-mental/> >

RIBEIRO, Maria Cecília. **Síndrome de Down.** In: Revista Nova Escola. Ano X, nº90, dezembro de 2005. São Paulo. Abril. P.50.

ROSA, Cida Capo de. **Os limites da inclusão.** In: Revista Pátio. Ano VIII. Nov. 2004, jan.2005. Porto Alegre – RS: Artmed. P.33-37.

SUSAN, Bray Stainback. **Entrevista.** In: Revista Pátio. Ano VIII. Nov. 2004.jan.2005. Porto Alegre – RS: Artmed. P.20-24.

YANNOULAS, Silvia; SOARES, Kelma. **Políticas transversais (gênero, raça/etnia e deficiência) e educação/qualificação para o trabalho.** Educação Unisinos ,janeiro/abril 2009

XAVIER, Amanda Vanessa de Oliveira. **A Inclusão da Pessoa com Deficiência na Escola Regular.** Disponível em: <http://www.brasilecola.com> . Acesso em: 31 de outubro de 2017.